

Demonstrações Financeiras

Vulcabras Azaleia S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório do Auditor Independente

Vulcabras Azaleia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13



Centro Empresarial Queiroz Galvão
Torre Cícero Dias
Rua Padre Carapuceiro, 858,
8º andar, Boa Viagem
51020-280 - Recife, PE, Brasil
Tel: (55 81) 3201-4800
Fax: (55 81) 3201-4819
www.ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Vulcabras Azaleia S.A.
Jundiaí - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vulcabras Azaleia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vulcabras Azaleia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 13 de março de 2017, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa 4, as demonstrações financeiras dos exercícios de 2016 e 2015 estão sendo reapresentadas para reclassificar os efeitos da operação descontinuada e outras transações nas demonstrações dos fluxos de caixa, em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1- Presentation of Financial Statements). Conseqüentemente, nosso relatório de auditoria corrente, sem modificação, considera essas alterações e substitui o relatório anteriormente emitido.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade dos ativos com vida útil definida e indefinida

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de ágio (“goodwill”) e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida totalizaram R\$ 111 mil e R\$ 203.339 mil, individual e consolidado, respectivamente. Os ativos com vida útil definida incluem edificações, máquinas e equipamentos. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia é requerida a proceder pelo menos anualmente um teste de recuperabilidade (teste de “impairment”) dos valores registrados desses ativos.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, por que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como; determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia e suas controladas, em particular relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa. Também efetuamos testes sobre a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos, as quais estão incluídas nas notas explicativas nº 3.14 e 16.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores independentes

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 18 de agosto de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015199/F-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Francisco da Silva Pimentel', written over a horizontal line.

Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC-1SP 171230/O-7-T-PE

Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Consolidado			Controladora		Passivo	Consolidado			Controladora	
	Notas	2016	2015	2016	2015		Notas	2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.094	24.693	10	59	Fornecedores	17	66.193	62.200	520	204
Aplicações financeiras	7	6.407	9.300	42	7	Financiamentos e empréstimos	18	275.116	587.442	-	-
Contas a receber de clientes	8	372.592	394.844	-	-	Impostos e contribuições a recolher		5.075	6.566	55	42
Estoques	9	189.923	234.077	-	-	Programa de recuperação fiscal - REFIS		128	216	-	88
Impostos a recuperar	10a	7.726	24.134	575	528	Salários e férias a pagar		28.986	18.718	322	441
Despesas antecipadas		2.057	1.479	13	9	Provisões	19	45.751	46.036	1.151	864
Outros contas a receber		21.206	8.384	1.557	1.679	Outras contas a pagar		19.453	48.671	159	244
		617.005	696.911	2.197	2.282	Dividendos propostos		754	754	8	8
Ativos de operações descontinuadas		-	61.673	-	-		441.456	770.603	2.215	1.891	
Total do ativo circulante		617.005	758.584	2.197	2.282	Passivos de operações descontinuadas		-	46.304	-	-
Aplicações financeiras	7	1.914	1.113	2	2	Total do passivo circulante		441.456	816.907	2.215	1.891
Impostos a recuperar correntes	10a	5.102	3.638	2.363	2.163	Mútuo com controladas	12	-	-	1.543	3.356
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10b	399	1.709	-	-	Financiamentos e empréstimos	18	264.152	88.017	-	-
Depósitos judiciais	11	39.053	35.445	1.022	1.006	Partes relacionadas	12	255.150	237.150	89.000	91.000
Partes relacionadas		-	18.812	-	927	Provisões	19	32.635	28.430	1.786	1.838
Outros contas a receber		20.291	2.623	3.271	1.997	Impostos diferidos sobre reavaliação do imobilizado	10b	4.206	4.677	-	-
Despesas antecipadas		568	-	-	-	Provisão para passivo a descoberto de controlada		-	-	174	244.837
Bens destinados à venda		194	194	-	-	Outras contas a pagar		29.206	26.219	-	-
Investimentos	13	29.733	27.622	133.451	365.569	Total do passivo não circulante		585.349	384.493	92.503	341.031
Propriedade para investimento		3.779	4.226	3.762	4.176	Patrimônio líquido					
Imobilizado	14	157.291	173.315	176	180	Capital social	20	565.913	565.913	565.913	565.913
Intangível	15	203.339	209.873	111	111	Reservas de reavaliação	20	8.166	9.079	8.166	9.079
Total do ativo não circulante		461.663	478.570	144.158	376.131	Outros resultados abrangentes	20	(5.065)	14.478	(5.065)	14.478
						Prejuízos acumulados		(517.377)	(553.979)	(517.377)	(553.979)
Total do ativo		1.078.668	1.237.154	146.355	378.413	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		51.637	35.491	51.637	35.491
						Participações de não controladores		226	263	-	-
						Total do patrimônio líquido		51.863	35.754	51.637	35.491
						Total do passivo		1.026.805	1.201.400	94.718	342.922
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.078.668	1.237.154	146.355	378.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida de vendas	21	1.134.220	965.875	-	-
Custo das vendas		<u>(741.666)</u>	<u>(678.429)</u>	-	-
Lucro bruto		392.554	287.446	-	-
Despesas com vendas	23	(183.666)	(172.247)	-	-
Despesas administrativas	24	(78.271)	(72.720)	(7.206)	(5.623)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(13.819)	(6.190)	2.346	3.747
Resultado da equivalência patrimonial	13	<u>2.112</u>	<u>1.667</u>	<u>40.481</u>	<u>(48.207)</u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos		118.910	37.956	35.621	(50.083)
Receitas financeiras	25	49.229	46.395	482	322
Despesas financeiras	25	<u>(131.375)</u>	<u>(144.547)</u>	<u>(414)</u>	<u>(157)</u>
Resultado financeiro, líquido		(82.146)	(98.152)	68	165
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre lucro		36.764	(60.196)	35.689	(49.918)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10b	<u>(1.069)</u>	<u>(587)</u>	-	-
Lucro (prejuízo) das operações em continuidade		35.695	(60.783)	35.689	(49.918)
Lucro líquido após os impostos do exercício resultante das operações descontinuadas		-	10.863	-	-
Lucro líquido (prejuízo) líquido do exercício		35.695	(49.920)	35.689	(49.918)
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos:					
Acionistas controladores		35.689	(49.918)	35.689	(49.918)
Acionistas não controladores		<u>6</u>	<u>(2)</u>	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		35.695	(49.920)	35.689	(49.918)
Lucro (prejuízo) por ação					
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		<u>0,19</u>	<u>(0,27)</u>	<u>0,19</u>	<u>(0,27)</u>
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		<u>0,19</u>	<u>(0,27)</u>	<u>0,19</u>	<u>(0,27)</u>
Lucro (prejuízo) por ação originado das operações em continuidade					
Básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		<u>0,19</u>	<u>(0,33)</u>	<u>0,19</u>	<u>(0,27)</u>
Diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		<u>0,19</u>	<u>(0,33)</u>	<u>0,19</u>	<u>(0,27)</u>
Quantidade de ações ao final do exercício		<u>185.230.346</u>	<u>185.230.346</u>	<u>185.230.346</u>	<u>185.230.346</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>35.695</u>	<u>(49.920)</u>	<u>35.689</u>	<u>(49.918)</u>
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes	<u>(19.543)</u>	<u>24.613</u>	<u>(19.543)</u>	<u>24.613</u>
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(20.552)	24.624	(20.552)	24.624
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	1.009	(11)	1.009	(11)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	<u>16.152</u>	<u>(25.307)</u>	<u>16.146</u>	<u>(25.305)</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	16.146	(25.305)	16.146	(25.305)
Acionistas não controladores	6	(2)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação reflexa em controladas	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2014	565.913	10.432	(10.135)	(505.414)	60.796	213	61.009
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(1.353)	-	1.353	-	-	-
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(11)	-	(11)	-	(11)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	24.624	-	24.624	52	24.676
Prejuízo do exercício	-	-	-	(49.918)	(49.918)	(2)	(49.920)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	565.913	9.079	14.478	(553.979)	35.491	263	35.754
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(913)	-	913	-	-	-
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.009	-	1.009	-	1.009
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	(20.552)	-	(20.552)	(43)	(20.595)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	35.689	35.689	6	35.695
Saldos em 31 de dezembro de 2016	565.913	8.166	(5.065)	(517.377)	51.637	226	51.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vulcabras Azaleia S.A.
(Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
	Reapresentado		Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações continuadas	35.695	(60.783)	35.689	(49.918)
Lucro do exercício das operações descontinuadas	-	10.863	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	35.695	(49.920)	35.689	(49.918)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	67.645	70.347	424	418
Provisão para perda no estoque	6.616	(19.914)	-	-
Baixa de ativos tangíveis e intangíveis	11.760	13.423	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	2.092	1.440	(35)	1
Provisões	21.168	13.068	810	217
Resultado da equivalência patrimonial	(2.111)	(1.667)	(40.481)	48.207
Provisão para perda com clientes	8.815	(3.247)	-	-
Encargos financeiros e variação cambial	45.525	130.692	8.394	1.554
Impostos diferidos	839	(3.231)	-	-
Participação de minoritário	(43)	52	-	-
	198.001	151.043	4.801	479
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução nas contas a receber de clientes	13.437	5.964	-	-
(Aumento) redução nos estoques	37.538	51.311	-	-
(Aumento) redução despesas pagas antecipadamente	(1.146)	1.664	(4)	459
(Aumento) redução impostos a recuperar	14.944	(12.244)	(247)	(240)
(Aumento) redução outros ativos	(15.121)	(8.354)	(225)	(1.648)
(Aumento) redução depósitos judiciais	(3.608)	675	(16)	272
Aumento (redução) fornecedores	3.993	(29.138)	-	-
Aumento (redução) impostos e contribuições sociais	(1.491)	4.357	316	(21)
Aumento (redução) salários e férias a pagar	(88)	(21.643)	13	380
Aumento (redução) programa de recuperação fiscal - REFIS	10.268	(153)	(119)	(152)
Aumento (redução) outros passivos	(26.233)	(24.034)	(88)	(115)
Contingencias	(17.248)	(17.200)	(86)	(131)
Juros pagos	(78.297)	(91.774)	(575)	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais continuadas	134.949	10.474	3.770	(717)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais descontinuadas	-	26.179	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	134.949	36.653	3.770	(717)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de imobilizado	(48.373)	(39.093)	(6)	(5)
Aquisições de intangível	(9.615)	(289)	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento continuadas	(57.988)	(39.382)	(6)	(5)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento descontinuadas	-	(836)	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(57.988)	(40.218)	(6)	(5)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos tomados - Principal	260.890	308.601	-	-
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(382.262)	(366.446)	-	-
Empréstimos partes relacionadas	36.812	68.823	(3.813)	56.899
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-	-	-	(56.120)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento continuadas	(84.560)	10.978	(3.813)	779
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento descontinuadas	-	(13.362)	-	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(84.560)	(2.384)	(3.813)	779
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(7.599)	(5.949)	(49)	57
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.693	30.642	59	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.094	24.693	10	59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Receitas	1.288.824	1.102.207	(195)	-
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.290.417	1.090.948	-	-
Outras receitas e despesas	7.203	11.925	(195)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.796)	(666)	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(537.891)	(477.783)	(3.296)	(3.599)
Matérias-primas consumidas	(268.608)	(252.150)	-	-
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(130.478)	(81.909)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(138.614)	(143.613)	(3.296)	(3.599)
Perda/recuperação de valores ativos	(191)	(111)	-	-
Valor adicionado bruto	750.933	624.424	(3.491)	(3.599)
Retenções	(67.198)	(71.557)	(422)	(418)
Depreciação, amortização e exaustão	(67.198)	(71.557)	(422)	(418)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	683.735	552.867	(3.913)	(4.017)
Valor adicionado recebido em transferência	56.870	56.237	44.298	(43.190)
Resultado de equivalência patrimonial	2.112	1.667	40.481	(48.207)
Receitas financeiras	49.229	46.395	482	322
Outras	5.529	8.175	3.335	4.695
Valor adicionado total a distribuir	740.605	609.104	40.385	(47.207)
Distribuição do valor adicionado	740.611	609.104	40.385	(47.207)
Pessoal	401.016	384.392	3.643	1.872
Remuneração direta	283.306	266.256	-	-
Benefícios	49.089	48.086	-	-
FGTS	19.179	23.718	-	-
Comissões sobre vendas	42.360	38.807	-	-
Honorários da diretoria	7.082	7.525	3.643	1.872
Impostos, taxas e contribuições	175.616	138.690	646	682
Federais	145.668	108.657	646	682
Estaduais	29.752	29.703	-	-
Municipais	196	330	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	128.284	146.807	407	157
Juros	124.288	144.547	407	157
Aluguéis	3.996	2.260	-	-
Remuneração de capitais próprios	35.695	(60.785)	35.689	(49.918)
Lucro (prejuízo) retidos das operações em continuidade	35.689	(60.783)	35.689	(49.918)
Resultado de operações descontinuada	-	10.863	-	-
Participações dos acionistas não controladores	6	(2)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

A Vulcabras Azaleia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Jundiá - SP, Brasil. As operações fabris estão concentradas nas controladas das unidades do Nordeste, nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe. Possui ainda investimentos em outras sociedades, a comercialização e produção nos mercados internos e externos de produtos de vestuários, principalmente, de artigos esportivos e calçados masculinos, femininos e profissionais, através de suas controladas diretas e indiretas:

- Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
- Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.;
- Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.;
- Vulcabras Azaleia Administración S.A. (situada na Argentina);
- Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias:
 - Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
 - Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.;

Assim como possui as seguintes distribuidoras no exterior: Calzados Azaléia Colômbia Ltda., Calzados Azaléia Peru S.A..

As marcas administradas pelas sociedades compreendem:

- Marcas próprias: Azaléia, Dijean, Opanka, Olympikus, Olk e Vulcabras.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 *Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e contemplam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, consistentes com às utilizadas pela Administração da Companhia no processo de gestão.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 18 de agosto de 2017.

2.2 Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia, conforme comentado na Nota 2.4. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas de IFRS e as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do último exercício social.

3.1 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

3.2 Ativos mantidos para venda

A Companhia mantém ativos destinados à venda, classificados no ativo não circulante, os quais são mensurados com base no menor valor entre seu valor contábil e o valor justo, deduzindo dos custos de vendas.

Os ativos têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente. Caso haja indicadores de perda no valor recuperável dos ativos, tais perdas são reconhecidas nos termos do CPC 01 (R1). Os ativos mantidos para venda não são depreciados nos termos do CPC 31.

3.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A Administração da Companhia e suas controladas definiram que a moeda funcional, para as empresas localizadas no Brasil, é o real. A controlada direta, Vulcabras Azaleia Administración S.A possui conversão da moeda corrente originária do seu país (moeda funcional), peso argentino, para o real. A controlada Globalcyr elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano (moeda funcional) e também efetua sua conversão para o real. A controlada Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui suas seguintes controladas diretas no exterior: Azaleia U.S.A. Inc. e Calzados Azaleia de Colômbia Ltda., que possuem conversão da moeda corrente originária de cada país (moeda funcional), dólar norte-americano e peso colombiano, respectivamente, para o real. A Calzados Azaléia Peru elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano (moeda funcional) e também efetua sua conversão para o real. A controlada Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui a controlada Vulcabras Azaleia Sporting Goods Índia Private Limited no exterior que elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano e também efetua sua conversão para o real. Os ganhos e perdas resultantes decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamentos, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia (Real) na data da transação, ou seja, na data que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou no estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

3.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.5 Impostos

a. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, sendo reconhecido como custo de aquisição do ativo ou item de despesa.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos de venda.
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar são incluídos nos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado e alíquota de 1,5% de contribuição previdenciária.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

A controlada, Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., impetrou em junho de 2004, mandado de segurança buscando a exclusão das receitas de exportação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL. Em junho de 2006, foi dado provimento ao recurso de apelação reconhecendo a exclusão na base de cálculo da CSLL, das receitas de exportação, desde julho de 2004. Em março de 2007, a controlada protocolou junto a Receita Federal o pedido de habilitação de crédito reconhecido por sentença judicial transitada em julgado em 9 de novembro de 2006.

3.6 Subvenção governamental

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

3.8 Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros não-derivativos, os quais seriam as aplicações financeiras, contas a receber e outros, incluindo recebíveis relativos a caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas seguindo o CPC 38. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação, pelo valor justo, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia “desreconhece” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa em sua maioria são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo” por meio do resultado (Nota 6). Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo circulante.

3.9 Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras.

Foram constituídas perdas estimadas em montantes considerados suficientes pela Administração para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa e para descontos por pontualidade. O critério de constituição das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a análise dos riscos de crédito de clientes que possuem débitos na Companhia, com títulos vencidos há mais de 90 dias, desconsiderando os que possuem acordos judiciais, extrajudiciais ou garantias.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 8.

3.10 Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e

- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Em 2016 e 2015, não houve capitalização de encargos financeiros. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A Companhia e suas controladas decidiram pelo não registro do custo atribuído por entender que os bens estavam ao seu valor justo quando da aquisição da Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., uma vez que os bens haviam sido reavaliados anteriormente. Da mesma forma, a vida útil dos bens foi revista nos respectivos momentos. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na Nota 14. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

3.11 Investimentos

Os investimentos com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, exceto quando estes investimentos na essência forem uma extensão das atividades da matriz no Brasil, situação em que a variação cambial é reconhecida no resultado.

3.12 Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é reconhecida ao método do custo. O custo de uma propriedade para investimento comprada compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível.

3.13 Ativo intangível

i. Reconhecimento e mensuração

Os gastos relacionados com patrocínios a atletas profissionais, que possuem contrato de exclusividade de uso das marcas administradas pela Companhia, são lançados ao resultado de acordo com o prazo de contrato. Os adiantamentos realizados para estes casos são lançados na conta de despesa antecipada.

ii. Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio foi incluído baseando-se em seu custo atribuído, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis.

iii. Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

iv. Amortização

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio é o valor justo na data de aquisição.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

3.14 Provisão para recuperação dos ativos de vida longa (Impairment)

Conforme determinações do CPC 01 (R1), a Companhia analisa a recuperação dos ativos de vida longa, principalmente, o ativo imobilizado e o intangível, na data de cada encerramento das demonstrações financeiras. Caso se identifique indicativos de não recuperação do valor contábil, a Companhia estima o valor recuperável desses ativos. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

3.15 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.16 Aplicação de julgamentos, estimativas e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o valor dos ativos, passivos, receitas e despesas divulgadas. Tais estimativas e premissas relacionadas são baseadas em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados os fatos e circunstâncias. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As premissas chave das estimativas são revisadas de forma contínua. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada. As estimativas e premissas com risco de impacto material nos valores de ativos e passivos, dentro do próximo exercício, são discutidas a seguir:

a. Impostos diferidos

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros estimados. Os valores registrados envolvem considerável julgamento da Administração. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo ou passivo fiscal diferido.

b. Teste de valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos financeiros e os ativos não financeiros, tais como o imobilizado e o intangível, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

c. Provisões

As provisões são reconhecidas conforme estabelecido pelo CPC 25, quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

3.17 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado, propriedade para investimento, bens destinados à venda é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

3.18 Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração individual do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas. A demonstração consolidada do valor adicionado não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada para possibilitar uma análise adicional.

3.19 Pronunciamentos do IFRS

a. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

Para que as normas e alterações fossem aplicadas pela primeira vez em 2016, elas não poderiam ter impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia.

- Alterações à IAS 16 e à IAS 38: Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização

As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 Ativo imobilizado e na IAS 38 Ativos intangíveis que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados com base na operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não foi utilizado o método baseado em receitas para amortização dos ativos não circulantes.

- Alterações à IAS 27: Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam adotando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Melhorias anuais Ciclo 2012-2014

Essas melhorias incluem:

IFRS 5 Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas. Ativos (ou grupos de alienação) são geralmente alienados por meio de venda ou distribuição aos titulares. A alteração esclarece que a mudança de um desses métodos de alienação para outro não seria considerada um novo plano de alienação, mas sim uma continuação do plano original. Portanto, não há interrupção da aplicação das exigências da IFRS 5. Esta alteração deve ser aplicada prospectivamente.

- IFRS 7 Instrumentos financeiros: Evidenciação

(i) Contratos de serviços

A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza desta taxa e o acordo em comparação à orientação sobre envolvimento contínuo na IFRS 7, a fim de avaliar se a evidenciação é exigida. A avaliação de quais contratos de serviços constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, a evidenciação exigida não precisa ser fornecida para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações.

(ii) Aplicabilidade das alterações à IFRS 7 para demonstrações financeiras intermediárias condensadas

A alteração esclarece que as exigências de evidenciação de compensação não se aplicam a demonstrações financeiras intermediárias condensadas, a não ser que tal evidenciação forneça uma atualização significativa às informações divulgadas no relatório anual mais recente. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.

- Alterações à IAS 1 Iniciativa de divulgação

As alterações à IAS 1 esclarecem, em vez de mudar significativamente, as atuais exigências da IAS 1.

As alterações esclarecem:

- As exigências de materialidade da IAS 1.
- Que itens de linhas específicas das demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e do balanço patrimonial podem ser desagregados.
- Que as entidades têm flexibilidade quanto à ordem de apresentação das notas explicativas.
- Que a parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) contabilizada com base no método de equivalência patrimonial deve ser apresentada de forma agregada como um único item de linha, e classificada entre os itens que serão ou não reclassificados posteriormente para o resultado.

Adicionalmente, as alterações esclarecem as exigências aplicáveis quando subtotais adicionais são apresentados no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes. Estas alterações não terão nenhum impacto sobre a Companhia.

- b. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Companhia está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor.

- IAS 7 – Iniciativa de divulgação – Alterações à IAS 7

As alterações à IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção das alterações resultará em divulgação adicional pela Companhia.

- IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4

Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4 Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, no âmbito dos trabalhos preparatórios realizados com vistas a uma potencial oferta pública inicial de distribuição de ações de emissão da Companhia, objetivando melhor apresentação do desempenho operacional e econômico da Companhia, e em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais individuais e consolidados de 31 de dezembro de 2016 e 2015 e às demonstrações individuais e consolidadas dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos exercícios findos naquelas datas foram originalmente arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 14 de março de 2017. As demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia estão sendo reapresentadas de forma a demonstrar as reclassificações decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a)** Reclassificar os impactos das operações descontinuadas da Vulcabras Azaleia Argentina S.A., nas demonstrações de fluxos de caixa consolidados de 2015.

Em 02 de dezembro de 2015, a Vulcabras Azaleia S.A. publicou a decisão de seu Conselho de Administração que firmou contrato de promessa de compra e venda de ações e outras avenças com Dass Nordeste S.A., tendo por objeto ações representativas de 100% do capital social da Empresa Vulcabras Azaleia Argentina S.A. A Empresa Vulcabras Azaleia Argentina S.A., é responsável pela comercialização e distribuição varejista de calçados e confecções de nossas marcas, no mercado argentino. A venda das ações da Vulcabras Azaleia Argentina S.A. foi concluída em 01 de janeiro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, a Vulcabras Azaleia Argentina S.A. estava classificada como operação descontinuada, a qual não havia sido reclassificada na demonstração dos fluxos de caixa consolidado da Companhia referente ao exercício findo naquela data.

- (b)** Reclassificar impactos de variação cambial anteriormente incluídos nas atividades de investimentos para atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios de 2016 e 2015.

Demonstração dos fluxos de caixa consolidado

	2016		
	Original	Reclassificações	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício das operações continuadas	35.695	-	35.695
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	67.198	447	67.645
Provisão para perda no estoque	6.616	-	6.616
Baixa de ativos tangíveis e intangíveis	11.760	-	11.760
Rendimentos de aplicações financeiras	(908)	3.000	2.092
Provisões	21.168	-	21.168
Resultado da equivalência patrimonial	(2.111)	-	(2.111)
Provisão para perda com clientes	8.815	-	8.815
Variação cambial	16.959	(16.959)	-
Encargos financeiros e variação cambial reconhecidos no resultado	63.478	(17.953)	45.525
Impostos diferidos	839	-	839
Participação de minoritário	(43)	-	(43)
	193.771	(31.465)	162.306
	229.466	(31.465)	198.001
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução nas contas a receber de clientes	13.437	-	13.437
(Aumento) redução nos estoques	37.538	-	37.538
(Aumento) redução despesas pagas antecipadamente	(1.146)	-	(1.146)
(Aumento) redução impostos a recuperar	14.944	-	14.944
(Aumento) redução outros ativos	(30.490)	15.369	(15.121)
(Aumento) redução depósitos judiciais	(3.608)	-	(3.608)
Aumento (redução) fornecedores	3.993	-	3.993
Aumento (redução) impostos e contribuições sociais	(1.491)	-	(1.491)
Aumento (redução) salários e férias a pagar	(88)	-	(88)
Aumento (redução) programa de recuperação fiscal - REFIS	10.268	-	10.268
Aumento (redução) outros passivos	(26.233)	-	(26.233)
Contingências	(17.248)	-	(17.248)
Juros pagos	(78.297)	-	(78.297)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	151.045	(16.096)	134.949
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	(48.373)	-	(48.373)
Bens destinados a venda	447	(447)	-
Aquisições de intangível	(9.615)	-	(9.615)
Aplicações financeiras	3.000	(3.000)	-
Ganho e perda na conversão de investimentos	(19.543)	19.543	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(74.084)	16.096	(57.988)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos tomados - Principal	260.890	-	260.890
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(382.262)	-	(382.262)
Empréstimos empresas ligadas	36.812	-	36.812
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(84.560)	-	(84.560)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(7.599)	-	(7.599)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.693	-	24.693
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.094	-	17.094

Demonstração dos fluxos de caixa consolidado

	2015			
	Reclassificações			
	Original	Operação descontinuada	Outras	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(60.783)	(10.863)	10.863	(60.783)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	10.863	-	-	10.863
Prejuízo do exercício	(49.920)	-	-	(49.920)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades				
aplicadas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	71.557	(1.210)	-	70.347
Provisão para perda no estoque	(19.914)	-	-	(19.914)
Baixa de ativos tangíveis e intangíveis	17.354	(3.931)	-	13.423
Rendimentos de aplicações financeiras	(1.278)	-	2.718	1.440
Provisões	14.173	(1.105)	-	13.068
Resultado da equivalência patrimonial	(1.667)	-	-	(1.667)
Provisão para perda com clientes	(3.247)	-	-	(3.247)
Variação cambial	(14.448)	-	14.448	-
Encargos financeiros e variação cambial reconhecidos no resultado	118.540	(2.519)	14.671	130.692
Impostos diferidos	(258)	(2.973)	-	(3.231)
Participação de minoritário	52	-	-	52
	180.864	(11.738)	31.837	200.963
	120.081	(22.601)	42.700	151.043
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução nas contas a receber de clientes	7.646	(1.682)	-	5.964
(Aumento) redução nos estoques	51.247	64	-	51.311
(Aumento) redução despesas pagas antecipadamente	2.198	(534)	-	1.664
(Aumento) redução impostos a recuperar	(8.503)	(3.741)	-	(12.244)
(Aumento) redução outros ativos	5.280	1.735	(15.369)	(8.354)
(Aumento) redução depósitos judiciais	675	-	-	675
Aumento (redução) fornecedores	(46.427)	17.289	-	(29.138)
Aumento (redução) impostos e contribuições sociais	6.240	(1.883)	-	4.357
Aumento (redução) salários e férias a pagar	(13.193)	(8.450)	-	(21.643)
Aumento (redução) programa de recuperação fiscal - REFIS	(153)	-	-	(153)
Aumento (redução) outros passivos	(17.658)	(6.376)	-	(24.034)
Contingências	(17.200)	-	-	(17.200)
Juros pagos	(91.774)	-	-	(91.774)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais continuadas	(1.541)	(26.179)	27.331	10.474
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais descontinuadas	-	26.179	-	26.179
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.541)	-	27.331	36.653
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de imobilizado	(39.093)	-	-	(39.093)
Aquisições de intangível	(1.125)	836	-	(289)
Aplicações financeiras	2.718	-	(2.718)	-
Ganho e perda na conversão de investimentos	24.613	-	(24.613)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento continuadas	(12.887)	836	(27.331)	(39.382)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento descontinuadas	-	(836)	-	(836)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(12.887)	-	(27.331)	(40.218)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos tomados - Principal	308.601	-	-	308.601
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(379.808)	13.362	-	(366.446)
Empréstimos empresas ligadas	79.686	-	(10.863)	68.823
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento continuadas	8.479	13.362	(10.863)	10.978
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento descontinuadas	-	(13.362)	-	(13.362)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	8.479	-	(10.863)	(2.384)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5.949)	-	-	(5.949)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30.642			30.642
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24.693			24.693

Demonstração dos fluxos de caixa da controladora

	2016		
	Original	Reclassificações	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício	35.689	-	35.689
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	424	-	424
Rendimentos de aplicações financeiras	(35)	-	(35)
Provisões	810	-	810
Resultado da equivalência patrimonial	(40.481)	-	(40.481)
Variação cambial	(203.088)	211.482	8.394
	<u>(206.681)</u>	<u>211.482</u>	<u>4.801</u>
Variações nos ativos e passivos	(456)	-	(456)
Juros pagos	(575)	-	(575)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(207.712)</u>	<u>211.482</u>	<u>3.770</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	(6)	-	(6)
Ganho e perda na conversão de investimentos	(19.543)	19.543	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(19.549)</u>	<u>19.543</u>	<u>(6)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos partes relacionadas	(3.813)	-	(3.813)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	231.025	(231.025)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>227.212</u>	<u>(231.025)</u>	<u>(3.813)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(49)</u>	<u>-</u>	<u>(49)</u>

	2015		
	Original	Reclassificações	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(49.918)	-	(49.918)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	418	-	418
Rendimentos de aplicações financeiras	1	-	1
Provisões	217	-	217
Resultado da equivalência patrimonial	48.207	-	48.207
Variação cambial	(23.001)	24.555	1.554
Encargos financeiros e variação cambial reconhecidos no resultado	(58)	58	-
	<u>(24.134)</u>	<u>24.613</u>	<u>479</u>
Variações nos ativos e passivos	(1.196)	-	(1.196)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(25.330)</u>	<u>24.613</u>	<u>(717)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	(5)	-	(5)
Ganho e perda na conversão de investimentos	24.613	(24.613)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>24.608</u>	<u>(24.613)</u>	<u>(5)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos partes relacionadas	56.899	-	56.899
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(56.120)	-	(56.120)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	<u>779</u>	<u>-</u>	<u>779</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>57</u>	<u>-</u>	<u>57</u>

5 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	% Participação direta		% Participação indireta		% Participação total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	2,00	2,00	98,00	98,00	100,00	100,00
Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Meffert Participações S.A.	-	3,96	-	96,04	-	100,00
Vulcabras Azaleia Administración S.A.	3,96	3,96	96,04	96,04	100,00	100,00
Globalcyr S.A.	1,55	1,55	98,45	98,45	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Azaleia U.S.A. Inc.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calzados Azaleia de Colombia Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calzados Azaleia Peru S.A.	-	-	99,11	99,11	99,11	99,11
Reiziger Participações	-	-	-	100,00	-	100,00
Vulcabras Azaleia Sporting Goods Índia Private Limited	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas foram preparadas no mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados por completo.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

a. Características principais das sociedades controladas incluídas na consolidação

Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é a sociedade responsável pela produção e desenvolvimento de calçados da marca Olympikus. Iniciou suas atividades com sede no município de Horizonte, Estado do Ceará, tendo como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação em geral de calçados e artigos esportivos.

Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.

A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, com a marca Olympikus. Iniciou suas atividades em 14 de junho de 2006, com sede na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.

Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.

A Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda., foi constituída em 1º de setembro de 2010, com sede na cidade de Itapetinga, estado da Bahia. Seu objetivo é comercializar e distribuir, calçados e confecções com as marcas Olympikus, Olk, Azaleia, Dijean, Opanka e Vulcabras. Iniciou suas atividades no terceiro trimestre de 2011.

Vulcabras Azaleia Administración S.A.

Vulcabras Azaleia Administración S.A. foi constituída em dezembro de 2015. Não possui atividade operacional.

Globalcyr S.A.

A Globalcyr S.A., encontra-se com as suas operações paralisadas.

Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., é uma indústria brasileira de calçados, localizada na cidade de Parobé, estado do Rio Grande do Sul, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados, artigos de vestuário, couros e artefatos de couro em geral, materiais plásticos ou similares e a fabricação de componentes, estes para o seu próprio consumo e venda a terceiros.

Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados e artigos esportivos, com as marcas Olympikus, Olk, Azaléia, Dijean, Opanka e Botas. Constituída em 3 de agosto de 1995, com sede na cidade de Itapetinga, no Estado da Bahia.

Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.

A Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados e artigos esportivos, com as marcas Azaléia e Dijean. Constituída em 08 de outubro de 1992, inicialmente na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, passou a operar na cidade de Frei Paulo, no Estado de Sergipe a partir de 06 de fevereiro de 2003.

Calzados Azaleia Peru S.A.

A Calzados Azaleia Peru S.A. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos das marcas Olympikus, Olk, Azaleia, Dijean e Opanka no mercado peruano. Adquirida no final de 1998, iniciou as atividades de importação e comercialização das marcas da empresa em 1999.

Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.

A Calzados Azaleia de Colômbia Ltda é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos das marcas Olympikus, Olk, Azaleia, Dijean e Opanka no mercado colombiano. Iniciou naquele país em 1999 como escritório, passando a importar e comercializar as marcas da Vulcabras Azaleia S.A. em 2000.

Vulcabras Azaleia Sporting Goods Índia Private Limited

Vulcabras Azaleia Sporting Goods Índia Private Limited, encontra-se com as suas operações paralisadas.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos dos períodos das sociedades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as sociedades. Os prejuízos entre as companhias que indicam uma redução no valor recuperável de ativos não são eliminados na consolidação;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de resultado não realizado apresentado como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos conta movimento	2.546	7.974	10	59
CDBs	12.651	9.019	-	-
Caixa e bancos – Exterior	1.897	4.797	-	-
Poupança	-	2.903	-	-
	17.094	24.693	10	59

As aplicações que remuneram o saldo de conta corrente (CDB) são efetuadas conforme disponibilidade de saldo bancário e os resgates ocorrem conforme necessidades imediatas do caixa da Companhia.

Essas aplicações referem-se, exclusivamente, a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários, pós-fixados, remunerados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, à rentabilidade média de 10% a 20% e estão destinados à negociação imediata e disponíveis para utilização nas operações da Companhia. Ressaltamos que tais aplicações têm liquidez diária, independentemente de seu prazo de vencimento, podendo ser resgatadas a qualquer tempo e sem perdas de seus rendimentos. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

7 Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações financeiras no país:				
CDBs pós-fixados	4.746	7.530	44	9
Títulos de capitalização	1.713	2.030	-	-
Títulos disponíveis para venda – Ações	1.862	853	-	-
	8.321	10.413	44	9
Circulante	6.407	9.300	42	7
Não circulante	1.914	1.113	2	2

Os títulos disponíveis para venda referem-se às aplicações em ações e, disponíveis para a venda e avaliados a valor justo, com efeito em outros resultados abrangentes. As ações foram valorizadas de acordo com a cotação da Bovespa, na data do balanço.

As controladas têm a intenção e capacidade de manutenção dos CDBs até as datas de vencimento, razão pela qual foram classificados como ativos financeiros mantidos até vencimento. Do saldo de CDBs pós-fixado em 2016, o montante de R\$ 4.746 (R\$ 7.530 em 2015) está atrelado a garantias e foram remunerados a taxas que variam entre 98,50% a 99,00% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8 Contas a receber de clientes

a. Composição dos saldos

	Consolidado	
	2016	2015
Contas a receber		
No país:		
Partes relacionadas	-	25.952
Clientes	345.364	243.202
	345.364	269.154
No exterior:		
Partes relacionadas	-	60.433
Clientes	51.392	80.606
	51.392	141.039
Subtotal do contas a receber de clientes	396.756	410.193
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.164)	(15.349)
Total do contas a receber de clientes, líquido	372.592	394.844

b. Por vencimento

	Consolidado	
	2016	2015
A vencer		
1 a 30 dias	64.957	92.460
31 a 60 dias	82.909	93.331
61 a 90 dias	115.292	44.977
Acima de 90 dias	83.163	126.434
	346.321	357.202
Vencidos		
1 a 30 dias	22.340	28.614
31 a 60 dias	2.649	3.181
61 a 90 dias	1.282	990
Acima de 90 dias	24.164	20.206
	50.435	52.991
	396.756	410.193

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 2016 é de R\$ 24.164 (R\$ 15.349 em 2015) que representa os critérios descritos conforme mencionado no item (c) abaixo.

c. Critérios de mensuração da provisão (impairment)

O critério adotado para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi baseado nos títulos vencidos há mais de 90 dias e, na análise individual do saldo de cada cliente, pois essa provisão deve ser feita para cobrir as perdas estimadas na cobrança do contas a receber de clientes, constituídas em montantes julgados suficientes.

d. Movimentação da provisão (impairment)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no exercício findo em 2016 e 2015, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	(15.349)	(18.596)
Complemento de provisão	(16.954)	(4.866)
Recuperação, baixa de créditos e outros	8.139	8.113
Saldo final	(24.164)	(15.349)

e. Concentração da carteira

	Consolidado			
	2016		2015	
Clientes (partes não relacionadas)				
Maior cliente	34.882	8%	23.519	6%
2º a 11º maiores clientes	89.052	23%	62.618	15%
12º a 50º maiores clientes	58.664	15%	38.536	9%
Outros clientes	168.992	43%	199.135	49%
	351.590	89%	323.808	79%
Partes relacionadas	45.166	11%	86.385	21%
Total da carteira de clientes	396.756	100%	410.193	100%

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos circulantes e não circulantes. Considerando o prazo médio de recebimento desses créditos de aproximadamente 64 dias em 2016 (65 dias em 2015), os efeitos de ajustes a valor presente foram julgados imateriais e, portanto, não foram contabilizados no resultado, a exemplo do que ocorreu com as contas a pagar de curto prazo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na Nota 27.

9 Estoques

	Consolidado	
	2016	2015
Produtos acabados	81.712	93.112
Produtos em elaboração	16.864	20.875
Matérias primas	69.195	89.674
Material de embalagem e almoxarifado	16.626	15.655
Mercadorias em trânsito	2.916	1.653
Importações em andamento	2.610	13.108
	189.923	234.077

a. Critérios de mensuração da provisão (impairment)

As sociedades controladas, com base em análise histórica e estimativa de perdas, constituem provisão para perdas na realização dos estoques. Nos estoques de matérias primas e produtos em elaboração foi provisionada a totalidade dos itens sem movimentação há mais de 180 dias. Nos estoques de produtos acabados foram avaliados todos os itens e provisionadas as potenciais perdas frente às perspectivas de venda de cada um deles, efetuando a provisão de 100% dos itens que apresentaram margem de contribuição negativa. Em 2016, a provisão para perdas de produtos acabados é de R\$ 1.655 (R\$ 1.097 em 2015), a provisão para perdas sobre as matérias-primas é de R\$ 7.524 (R\$ 1.905 em 2015) e a provisão para perdas de produtos em elaboração é de R\$ 5.426 (R\$ 4.986 em 2015).

O valor de matéria-prima, mão de obra e custos indiretos de fabricação utilizados na composição dos custos de produtos vendidos é de R\$ 644.650 em 2016 (R\$ 547.890 em 2015).

b. Movimentação da provisão (impairment)

A movimentação da provisão para perdas na realização do estoque nos exercícios findos em 2016 e 2015 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	(7.988)	(27.902)
(Provisão) estorno de provisões	(6.617)	19.914
Saldo final	(14.605)	(7.988)

10 Impostos a recuperar correntes e diferidos

a. Impostos a recuperar correntes

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
ICMS	2.853	2.989	20	23
IPI	1.313	1.108	-	-
Imposto de renda e contribuição social – antecipação	2.153	2.682	87	78
PIS/COFINS	931	1.196	-	-
Créditos fiscais em outros países	204	29	-	-
Finsocial	2.918	2.718	2.363	2.163
Reintegra	254	-	-	-
Outros	2.202	17.050	468	427
	12.828	27.772	2.938	2.691
Circulante	7.726	24.134	575	528
Não circulante	5.102	3.638	2.363	2.163

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferença temporária

	Consolidado	
	2016	2015
Diferenças temporais no exercício		
Reavaliação de imobilizado	(4.206)	(4.677)
Imposto de renda diferido – controlada no exterior	399	1.709
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(3.807)	(2.968)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	399	1.709
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(4.206)	(4.677)

As controladas no Brasil tem o valor dos impostos diferidos passivos sobre reavaliação do imobilizado no valor de R\$ (4.206) e impostos diferidos ativos de controlada no exterior no valor de R\$ 399.

O imposto de renda e contribuição social diferido e corrente está contabilizado no resultado consolidado. Conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(828)	(845)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(241)	258
	(1.069)	(587)

c. Prejuízos fiscais a compensar

A Companhia e suas controladas Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., possuem incentivos fiscais relevantes o que reduz significativamente a capacidade de compensação de eventuais créditos de imposto de renda diferidos. A Administração monitora periodicamente as renovações dos incentivos fiscais.

Em 2016 e 2015, a controladora e suas controladas possuíam prejuízos fiscais a compensar e bases negativas de contribuição social, sobre os seguintes valores-base:

	2016							
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Vulcabras azaléia S.A	Total
Prejuízos fiscais apurados	449.430	620.386	124.111	63.432	225.269	16.027	141.614	<u>1.640.269</u>
Base negativa de contribuição social	1.196.038	631.747	124.209	63.432	258.056	16.027	143.729	<u>2.433.238</u>

	2015								
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Reiziger Participações Ltda.	Vulcabras azaléia S.A	Total
Prejuízos fiscais apurados	447.749	602.396	118.041	56.148	214.777	11.344	44.825	137.672	<u>1.632.952</u>
Base negativa de contribuição social	1.147.343	613.757	118.139	56.148	247.564	11.344	44.825	139.786	<u>2.378.906</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

11 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários (Nota 19), conforme demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos judiciais				
Cíveis	205	368	122	122
Trabalhistas	30.138	28.510	802	779
Tributários	8.710	6.567	98	105
Total	39.053	35.445	1.022	1.006

Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se, principalmente, à hora extra, adicional noturno, férias, equiparação salarial e doença do trabalho.

Os depósitos judiciais trabalhistas dizem respeito, em sua maioria, aos valores depositados nos autos referentes a recursos ordinários, recursos de revista, depósitos em garantia e penhora *online* de parte dos processos trabalhistas em execução.

Cíveis

Os processos cíveis, em sua maior parte, têm como objetos pedidos de indenizações por danos materiais e/ou morais, principalmente, nos casos de (i) acidentes de trabalho; ou (ii) causados por defeito da fabricação de produtos. Os depósitos judiciais cíveis são relativos a estes processos, realizados como garantia para a discussão dos valores nos mesmos pleiteados.

Tributária

Os depósitos judiciais tributários referem-se à ação em que as empresas do grupo Vulcabras Azaleia são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS e PIS.

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 2016 e 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado dos períodos, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com seus administradores e suas controladas na Argentina, Colômbia, Brasil, Estados Unidos, Índia e Peru.

Na Companhia e suas controladoras, os contratos de mútuo não possuem vencimento pré-determinado e são atualizados por taxa DI-CETIP.

a. Transações com controladora

As transações entre a controladora e sua controlada, que são eliminadas para fins de consolidação, foram realizadas em condições e prazos acordados entre as partes, assim representados:

	Controladora com sua controlada		
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	2016	2015
Passivo			
Mútuo com controladas	1.543	1.543	3.356
Resultado			
Outras despesas e receitas operacionais	-	-	2.400
Despesas financeiras, líquidas	-	-	58
Parte relacionada	Principal natureza das transações		
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Aluguel		

Em 2016, a Companhia e sua controlada, Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantem com os controladores mútuo nos montantes de R\$ 89.000 e R\$ 166.150 (R\$ 91.000 e R\$ 3.356 em 2015), respectivamente, classificados no passivo não circulante, destinado a cobrir necessidades temporárias de caixa, sem incidência de encargos financeiros.

b. Operações entre sociedades controladas

Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas

A controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com as suas controladas operações de compra, venda e mútuos financeiros destinados a cobrir necessidades temporárias de caixa, sobre os quais incidiram encargos relativos à variação do CDI, sendo os saldos assim compostos:

Controlada Vulcabras Azaleia CE com suas controladas

	Vulcabras Azaleia RS Consolidado	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia Administración S.A.	2016	2015
Ativo					
Contas a receber	3.393	-	78	3.471	8.139
Outros créditos	877	-	-	877	1.129
Adiantamento para futuro aumento de capital	167.796	63.609	-	231.405	223.478
Passivo					
Contas a pagar	8.740	-	-	8.740	7.535
Contas a pagar - Grendene	-	-	-	-	204
Outros débitos	2	-	-	2	226
Mútuos a pagar	3.161	4	-	3.165	57.605
Resultado					
Vendas diversas - Operações mercantis	-	-	-	-	37.573
Compras diversas - Operações mercantis	-	-	-	-	11.908
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	619	-	-	619	3.535

Parte relacionada	Principal natureza das transações
Vulcabras Azaleia RS	Operações mercantis de compra e venda de calçados e confecções e mútuos e Adiantamento para futuro aumento de capital
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda	Mútuos e Adiantamento para futuro aumento de capital
Vulcabras Azaleia Administración S.A	Operações mercantis de venda de calçados e confecções

A Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com os controladores mútuo, no montante de R\$ 166.150 em 2016 (R\$ 146.150 em 2015), classificados no passivo não circulante, destinado a cobrir necessidades temporárias de caixa, sem incidência de encargos financeiros.

c. Preço de transferência

A Companhia e suas controladas monitoram anualmente os impactos e/ou riscos decorrentes do preço de transferência, principalmente, nas operações entre as controladas brasileiras, Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., com as controladas Calzados Azaleia Colômbia Ltda. e Calzados Azaleia Peru S.A., localizadas na Colômbia e Peru, respectivamente.

d. Remuneração da Administração

Em 27 de abril de 2016, o Conselho de Administração da Companhia em Assembleia Geral Ordinária, fixou em até R\$ 8.530, a remuneração global anual dos Administradores, que será rateada em posterior deliberação do Conselho da Administração. No exercício findo de 2016, a Companhia pagou remuneração a seus Administradores no montante de R\$ 7.082 (R\$ 7.525 em 2015).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 2016 e 2015, a Companhia não pagou a suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

13 Investimentos

a. Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Participações societárias permanentes:				
Em controladas	-	-	80.516	365.568
Em coligadas	29.624	27.343	-	-
Outros investimentos	109	279	52.935	1
	29.733	27.622	133.451	365.569

A controlada Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem participação de 25% na coligada PARS Participações Ltda., que por sua vez detém 100% na Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. Considerando que a Companhia tem apenas influência significativa, este investimento não é consolidado nas demonstrações financeiras, nos termos do CPC 36 (R3).

b. Movimentação dos investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Saldos iniciais	27.622	25.955	365.569	310.523
Equivalência patrimonial (*)	2.112	1.667	(1.093)	(1.074)
Transferência de provisão para perdas com passivo a descoberto	-	-	(223.089)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em investida	(1)	-	(7.936)	56.120
Saldos finais	29.733	27.622	133.451	365.569

(*) Inclui o valor de equivalência patrimonial líquido do efeito da variação cambial de suas controladas no exterior, contabilizado diretamente no patrimônio líquido da controladora, como consequência, não afeta a equivalência patrimonial registrada no resultado.

c. Conciliação da equivalência patrimonial

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Equivalência patrimonial (resultado)	2.112	1.667	40.481	(48.207)
Patrimônio líquido negativo de controladas (passivo)	-	-	(22.031)	22.520
Variação cambial - controladas no exterior (patrimônio líquido)	-	-	(19.543)	24.613
Equivalência patrimonial, líquida (investimento)	2.112	1.667	(1.093)	(1.074)

d. Dados sobre participações diretas - Controladora

	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.		Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.		Vulcabras Azaleia Administración S.A.		Globalcyr S.A.		Meffert Participações S.A.		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativo total	960.653	1.001.254	42.295	66.372	15.063	139.702	73	112	-	23.787	-	-
Passivo total	827.807	869.585	12.018	23.839	17.560	130.099	4.996	5.653	-	-	-	-
Capital social	856.092	856.092	10.000	10.000	2.715	2.715	1.056	1.056	-	23.787	-	-
Receita líquida	740.976	553.109	13.560	26.888	179	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	40.985	(48.100)	(5.514)	(14.275)	(10.700)	(6.407)	(105)	(83)	-	10.863	-	-
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	247.178	247.180	200	10.000	1.983	50.100	10	647	-	23.786	-	-
Patrimônio líquido	132.846	131.669	30.277	42.533	(2.497)	9.603	(4.923)	(5.541)	-	23.787	-	-
Participação no capital social, no final do período - %	100,00%	100,00%	2,00%	2,00%	3,96%	3,96%	1,55%	1,55%	-	3,96%	-	-
Participação societária permanente em controladas	79.911	118.900	606	782	-	-	-	(85)	-	759	80.516	120.356
Provisão para passivo descoberto de controlada	-	(244.781)	-	782	(99)	-	(76)	(85)	-	-	(175)	(244.084)
Adiantamento para futuro aumento de capital	52.935	60.872	-	-	-	-	-	-	-	-	52.935	60.872
Resultado de equivalência patrimonial	40.985	(48.095)	(110)	(286)	(392)	(254)	(2)	(1)	-	429	40.481	(48.207)

e. Dados sobre as participações indiretas

Em 2016 e 2015, a Companhia possui participação indireta nas sociedades a seguir relacionadas, através de suas controladas Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia Argentina S.A.:

Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

2016	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A	Vulcabras Azaleia Adiministración S.A.
Ativo total	258.379	42.295	73	15.063
Passivo total	137.651	12.018	4.996	17.560
Capital social	234.669	10.000	1.056	2.715
Patrimônio líquido	120.728	30.277	(4.923)	(2.497)
Receita líquida	1.231	13.560	-	179
Resultado do período	(2.753)	(5.514)	(105)	(10.700)
Participação no capital social	100,00%	98,00%	98,45%	96,04%

2015	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A	Vulcabras Azaleia Adiministración S.A.	Meffert Participações S.A.
Ativo total	290.372	66.372	112	139.702	23.787
Passivo total	175.197	23.839	5.653	130.099	-
Capital social	234.669	10.000	1.056	2.715	23.787
Patrimônio líquido	115.063	42.533	(5.541)	9.603	23.787
Receita líquida	17.277	26.888	-	-	-
Resultado do período	8.656	(14.275)	(93)	(6.407)	-
Participação no capital social	100,00%	98,00%	98,45%	96,04%	96,04%

Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda (*)	Vulcabras azaleia Sporting Goods India Private Limited(*)	Calçados Azaleia de Colombia Ltda.	Azaleia U.S.A. Inc.	Calçados Azaleia Peru S.A.
2016							
Ativo total	262.955	68.020	8.525	3	8.994	4.979	29.786
Passivo total	104.270	89.353	17.966	17	8.309	17	4.865
Capital social	476.121	14.750	10	5.788	841	18.845	1.072
Patrimônio líquido	158.685	(21.334)	(9.441)	(14)	684	4.962	24.921
Receita líquida	298.200	76.103	18.988	-	16.539	-	63.756
Resultado do período	818	(5.028)	(5.550)	(7)	(1.393)	(72)	676
Participação no capital social	100,00%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%

	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Reiziger Participações Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda (*)	PARS Participações Ltda.	Vulcabras azaleia Sporting Goods India Private Limited(*)	Calçados Azaleia de Colombia Ltda.	Azaleia U.S.A. Inc.	Calçados Azaleia Peru S.A.
2015									
Ativo total	257.468	73.081	1.708	11.123	109.369	20	12.237	6.971	36.466
Passivo total	78.243	111.310	12.021	21.876	1	20	9.951	-	7.323
Capital social	454.575	14.750	3.000	10	36.116	5.788	841	19.385	1.072
Patrimônio líquido	179.225	(38.229)	(10.313)	(10.752)	109.368	-	2.286	6.971	29.143
Receita líquida	295.342	72.200	-	16.992	-	-	22.695	-	65.130
Resultado do período	14.533	(3.340)	(192)	(4.251)	1.448	(11)	(3.235)	(115)	(263)
Participação no capital social	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	25,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%

(*) Participação indireta.

14 Imobilizado

a. Composição da conta

	Em 2016				
	Taxa média de depreciação % a.a.	Consolidado			
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
			2016	2015	
Edificações	2 a 4	125.872	(72.627)	53.245	58.933
Máquinas e equipamentos	10	325.236	(269.802)	55.434	67.471
Moldes	100	189.181	(175.624)	13.557	14.967
Móveis e utensílios	10 a 20	24.847	(19.690)	5.157	6.299
Veículos	20	1.972	(1.731)	241	274
Equipamentos de computação	20 a 25	21.088	(18.823)	2.265	2.741
Terrenos	-	4.106	-	4.106	3.798
Obras em andamento	-	6.520	-	6.520	3.914
Instalações industriais	10	48.579	(34.267)	14.312	11.863
Benfeitorias em bens de terceiros	10 a 20	89	(89)	-	-
Outros	10 a 20	9.668	(7.214)	2.454	3.055
		757.158	(599.867)	157.291	173.315

b. Movimentação do custo

Em 2016

	2015	2016			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Variação cambial	
Edificações	128.069	18	(1.441)	(774)	125.872
Máquinas e equipamentos	331.720	9.740	(16.224)	-	325.236
Moldes	265.589	23.442	(99.850)	-	189.181
Móveis e utensílios	24.940	848	(563)	(378)	24.847
Veículos	1.955	68	(15)	(36)	1.972
Equipamentos de computação	21.192	640	(365)	(379)	21.088
Terrenos	3.798	308	-	-	4.106
Obras em andamento	3.914	2.797	(192)	1	6.520
Instalações industriais	43.661	5.515	(597)	-	48.579
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	-	-	89
Importações em andamento	-	4.814	(4.814)	-	-
Outros	9.853	184	-	(369)	9.668
	834.780	48.374	(124.061)	(1.935)	757.158

Em 2015	Consolidado					
	2014 Saldo inicial	2015				Saldo final
		Adições	Baixas	Operação descontinuada	Variação cambial	
Edificações	133.150	44	-	(5.938)	813	128.069
Máquinas e equipamentos	358.317	3.115	(13.403)	(14.660)	(1.649)	331.720
Moldes	272.016	30.260	(27.866)	(7.929)	(892)	265.589
Móveis e utensílios	25.124	640	(132)	(1.265)	573	24.940
Veículos	2.136	132	(362)	(34)	83	1.955
Equipamentos de computação	23.183	826	(830)	(2.414)	427	21.192
Terrenos	4.410	-	-	(550)	(62)	3.798
Obras em andamento	724	3.255	(55)	(12)	2	3.914
Instalações industriais	44.260	349	-	(852)	(96)	43.661
Benfeitorias em bens de terceiros	545	-	-	(410)	(46)	89
Importações em andamento	135	227	(362)	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	9	-	(3)	(5)	(1)	-
Outros	9.867	245	(59)	(824)	624	9.853
	873.876	39.093	(43.072)	(34.893)	(224)	834.780

c. Movimentação da depreciação

Em 2016

	Consolidado				
	2015	2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Varição cambial	Saldo final
Edificações	(69.136)	(4.071)	498	82	(72.627)
Máquinas e equipamentos	(264.249)	(19.207)	13.654	-	(269.802)
Moldes	(250.622)	(23.772)	98.770	-	(175.624)
Móveis e utensílios	(18.641)	(1.423)	269	105	(19.690)
Veículos	(1.681)	(81)	15	16	(1.731)
Equipamentos de computação	(18.451)	(850)	302	176	(18.823)
Instalações industriais	(31.798)	(2.898)	429	-	(34.267)
Benfeitorias em bens de terceiros	(89)	-	-	-	(89)
Outros	(6.798)	(530)	-	114	(7.214)
	(661.465)	(52.832)	113.937	493	(599.867)

Em 2015

	Consolidado					
	2014	2015				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Operação descontinuada	Varição cambial	Saldo final
Edificações	(66.167)	(4.162)	-	1.296	(103)	(69.136)
Máquinas e equipamentos	(266.410)	(20.523)	10.502	12.182	-	(264.249)
Moldes	(249.609)	(34.167)	26.622	6.532	-	(250.622)
Móveis e utensílios	(18.302)	(1.571)	126	1.235	(129)	(18.641)
Veículos	(1.817)	(86)	230	14	(22)	(1.681)
Equipamentos de computação	(19.533)	(1.040)	864	1.513	(255)	(18.451)
Instalações industriais	(29.316)	(2.802)	-	320	-	(31.798)
Benfeitorias em bens de terceiros	(515)	-	-	426	-	(89)
Outros	(6.000)	(625)	17	115	(305)	(6.798)
	(657.669)	(64.976)	38.361	23.633	(814)	(661.465)

Os juros de empréstimos e financiamentos não foram capitalizados no custo do ativo imobilizado em andamento, dado que os principais contratos estão relacionados a aquisições de máquinas e equipamentos colocados em funcionamento imediato.

Em 2016, a Companhia possui saldos contábeis de bens que foram dados como garantia de financiamentos referentes a: edificações no valor de R\$ 52.700 (R\$ 58.933 em 2015); máquinas e equipamentos no valor de R\$ 23.186 (R\$ 67.471 em 2015).

15 Intangível

a. Composição da conta

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Vida útil definida				
Software	29.248	28.538	785	785
Cessão de direito (d)	88.061	79.351	-	-
Amortização acumulada – Software	(26.254)	(25.814)	(785)	(785)
Amortização acumulada - Cessão de direito	(88.061)	(74.147)	-	-
	2.994	7.928	-	-
Vida útil indefinida				
Marcas e patentes	2.131	2.097	111	111
Ágio (e)	198.214	199.848	-	-
	200.345	201.945	111	111
	203.339	209.873	111	111

A amortização mensal dos ativos intangíveis é registrada em contrapartida do resultado no grupo de custos das vendas (Software industrial) e despesas de vendas (Cessão de direitos).

b. Movimentação do custo

Em 2016

	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Consolidado				Saldo em 2016
			Saldo em 2015	Adições	Baixas	Varição cambial	
Vida útil definida							
Software	10 anos	Linear	28.538	802	(2)	(90)	29.248
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	79.351	8.778	-	(68)	88.061
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes	Indefinida	-	2.097	34	-	-	2.131
Ágio	-	-	199.848	-	(1.634)	-	198.214
Total			309.834	9.614	(1.636)	(158)	317.654

Em 2015

	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Consolidado				Saldo em 2015
			Saldo em 2014	Adições	Baixas	Varição cambial	
Vida útil definida							
Software	10 anos	Linear	27.493	985	(3)	63	28.538
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	81.439	127	(2.323)	108	79.351
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes	Indefinida	-	2.084	13	-	-	2.097
Ágio	-	-	199.848	-	-	-	199.848
Total			310.864	1.125	(2.326)	171	309.834

c. Movimentação da Amortização

Em 2016

	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Consolidado			Variação cambial	Saldo em 2016
			Saldo em 2015	Adições	Baixas		
Vida útil definida							
Software	10 anos	Linear	(25.814)	(450)	1	9	(26.254)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(74.147)	(13.914)	-	-	(88.061)
Total			(99.961)	(14.364)	1	9	(114.315)

Em 2015

	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Consolidado			Variação cambial	Saldo em 2015
			Saldo em 2014	Adições	Baixas		
Vida útil definida							
Software	10 anos	Linear	(24.779)	(1.033)	4	(6)	(25.814)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(70.027)	(5.135)	1.063	(48)	(74.147)
Total			(94.806)	(6.168)	1.067	(54)	(99.961)

d. Ágio na combinação de negócio

Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias, contabilizado na controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas; em 2009, deixaram de ser amortizados por serem ativos de vida útil indefinida, conforme deliberação nº 553/08 da CVM e CPC 01 (R1), e são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade, conforme Nota 16.

e. Pesquisa e desenvolvimento

No exercício findo em 2016, a Companhia registrou no resultado, na rubrica “custo dos produtos vendidos”, montante de R\$ 18.044 (R\$ 19.264 em 2015), que se refere à pesquisa e desenvolvimento.

16 Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis

a. Tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para o exercício findo em 2016, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

O teste de recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2016 e 2015, visto que o valor recuperável excede o valor líquido na data da avaliação.

b. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 198.214 em 2016.

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de licenças e ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado.

O teste de recuperação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2016 e 2015, visto que o valor recuperável excede o valor líquido na data da avaliação.

c. Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis considerou-se a Vulcabras Azaleia S.A. como uma única unidade geradora de caixa.

A Companhia realizou teste de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis em 2016, por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 10 (dez) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se a taxa antes dos impostos de 9,642%

A estimativa do valor em uso utilizou as seguintes premissas:

Receitas

O volume e o preço de venda foram projetados mês a mês tomando como base o potencial de compra de cada cliente de suas regiões de atuação.

Após a consolidação dos dados foram feitas revisões até que se obtivesse a melhor projeção possível de cada região e, conseqüentemente, a melhor previsão das vendas consolidadas.

Custo

O custo dos produtos vendidos foi projetado com base no critério de absorção de custos de cada planta para cada divisão de negócios.

Após a definição da projeção de vendas foi projetada a distribuição da necessidade de produção de acordo com a capacidade instalada e o nível de eficiência a ser obtido em cada planta.

Os demais custos indiretos de fabricação foram embasados nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos indiretos de cada localidade.

Despesas

As despesas variáveis de vendas foram projetadas com base nos percentuais históricos sobre a receita operacional bruta.

As despesas administrativas e gerais de vendas foram embasadas nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos de cada localidade.

17 Fornecedores

a. Composição da conta

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores				
No país				
Diversos	<u>58.107</u>	<u>41.612</u>	<u>520</u>	<u>204</u>
No exterior				
Diversos	<u>8.086</u>	<u>20.588</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>66.193</u>	<u>62.200</u>	<u>520</u>	<u>204</u>

b. Por vencimento

	Consolidado	
	2016	2015
A vencer		
1 a 30 dias	44.668	49.296
31 a 60 dias	14.706	10.731
61 a 90 dias	6.553	1.776
Acima de 90 dias	9	91
	65.936	61.894
Vencidos		
1 a 30 dias	202	227
31 a 60 dias	54	73
61 a 90 dias	1	6
	257	306
	66.193	62.200

c. Concentração da carteira

	Consolidado			
	2016		2015	
Fornecedores (partes não relacionadas)				
Maior fornecedor	7.638	12%	2.104	3%
2º a 11º maiores fornecedores	18.773	28%	11.242	18%
12º a 50º maiores fornecedores	14.957	23%	14.362	23%
Outros fornecedores	24.825	37%	34.492	56%
Total de fornecedores (partes não relacionadas)	66.193	100%	62.200	100%

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos circulantes. Considerando o prazo médio de pagamento desses passivos de aproximadamente 43 dias em 2016 (35 dias em 2015), os efeitos de ajustes a valor presente foram julgados imateriais e, portanto, não foram contabilizados no resultado, a exemplo do que ocorreu com os ativos circulantes e não circulantes.

18 Financiamentos e empréstimos

a. Composição da conta

	Taxa de juros (a.a.)	Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015
Moeda nacional			
Ativo fixo/ Incentivo fiscal	Taxa Fixa de 4,0% a 7,5% a.a. TJLP + 5,25% a.a.	38.234	57.892
Capital de giro	CDI + 4,28% a.a. TJLP + 4,61% a.a.	55.952	120.402
Financiamentos de exportação	CDI + 2,34% a 4,91% a.a.	282.411	339.370
		376.597	517.664
Moeda estrangeira			
Capital de giro	Taxa Fixa de 28,25% a 32,43% V. Cambial + 2,25%	1.969	86.449
Capital de giro		101.336	-
Financiamentos de importação/exportação	V. Cambial + 6,30% a 8,60%	59.366	71.346
		162.671	157.795
Total dos empréstimos e financiamentos		539.268	675.459
Total do passivo circulante		275.116	587.442
Total do passivo não circulante		264.152	88.017

Em 2016, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	275.116	51%	587.442	88%
2016	-	-	587.442	88%
2017	275.116	51%	56.317	8%
2018	129.673	24%	22.951	3%
2019	134.479	25%	8.749	1%
Não circulante	264.152	49%	88.017	12%
Total	539.268	100%	675.459	100%

b. A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	2016	2015
Saldos iniciais	675.459	719.900
Ingressos	260.890	308.601
Encargos financeiros e variação cambial	63.478	118.540
Amortizações de principal	(382.262)	(379.808)
Pagamentos de juros	(78.297)	(91.774)
Saldos finais	539.268	675.459

c. Avais e garantias

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias, alienação fiduciária de bens, garantias evolutivas, penhor, caução de duplicatas, fiança bancária e hipoteca dos prédios industriais da Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Os financiamentos contratados em Pesos Argentinos, pela subsidiária naquele país – Vulcabras Azaleia Administración S.A – estão garantidos por avais da controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A em Cartas de Crédito Standby.

d. Cláusulas restritivas

Alguns financiamentos contratados possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação documental e física, as aquisições de imobilizados, volumes de exportações realizadas e objetivos alçados em P&D. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas atenderam plenamente essas cláusulas contratuais.

e. Novos financiamentos

A Companhia no exercício findo em 2016 efetuou a contratação de novos financiamentos com objetivo de melhorar seu capital de giro, reduzir custos e alongar o perfil da dívida.

Os novos financiamentos são:

- Nota de Crédito à Exportação (NCE): R\$ 16,0 milhões – Banco Bradesco;
- Cédula de Crédito à Exportação (CCE): R\$ 56,3 milhões – Banco Safra, Sofisa e BNB;
- Cédula de Crédito Bancário: R\$ 12,1 milhões – Banco Bradesco;
- Financiamento de Importação: USD 0,761 milhões – Banco Safra;
- Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): USD 7,328 milhões – Banco Bradesco e Safra;
- Credit Agreement: USD 30,0 milhões – Banco Citibank.

19 Provisões

A Companhia e as suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, dentre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, segue os critérios de reconhecimento das provisões estabelecido pela Deliberação CVM nº 489/05 e CPC 25, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária à divulgação de uma contingência passiva.

A análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e as classificou como circulante e não circulantes, como se segue:

a. Composição dos saldos

	Consolidado – IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2016	2015	2016	2015
Provisão para demandas judiciais e administrativas				
Cíveis	2.018	1.738	648	776
Trabalhistas	48.281	46.841	2.017	1.500
Tributárias	9.870	8.369	272	426
Provisão para indenizações	18.217	17.518	-	-
Total	78.386	74.466	2.937	2.702
Circulante	45.751	46.036	1.151	864
Não circulante	32.635	28.430	1.786	1.838

b. Ações trabalhistas (Consolidado)

Referem-se, substancialmente, a pedidos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, insalubridade, periculosidade, férias, FGTS e aviso prévio.

c. Ações cíveis (Consolidado)

Referem-se, basicamente, a indenização por danos morais e materiais.

d. Ações tributárias (Consolidado)

Referem-se a ações em que as empresas do grupo Vulcabras Azaleia são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS, PIS.

e. Provisão para indenizações

A provisão para indenizações cujo saldo em 2016, no passivo não circulante é de R\$ 18.217 (R\$ 17.518 em 2015), corresponde à provisão com base em estimativa do valor a pagar com indenizações a representantes, que poderão resultar em desembolso futuro de caixa, quando da rescisão de contrato. Os valores das indenizações foram calculados em 1/12 avos sobre as comissões pagas aos representantes até 31 de dezembro de 2008, sendo o saldo atualizado pelo índice IGP-M, refletindo valores presentes da obrigação.

Os efeitos da provisão para indenização são registrados em contrapartida do resultado na rubrica despesas com vendas.

f. Movimentação dos processos

Em 2016

Natureza	Controladora			
	2015	2016		Saldo final
	Saldo inicial	Adições (reversões)	Pagamentos	
Cíveis	776	(95)	(33)	648
Trabalhistas	1.500	1.057	(540)	2.017
Tributárias	427	(152)	(3)	272
	2.703	810	(576)	2.937

Natureza	Consolidado			
	2015	2016		Saldo final
	Saldo inicial	Adições (reversões)	Pagamentos	
Cíveis	1.738	459	(179)	2.018
Trabalhistas	46.841	18.586	(17.146)	48.281
Tributárias	8.369	1.425	76	9.870
Indenizações	17.518	699	-	18.217
	74.466	21.169	(17.249)	78.386

Em 2015

Natureza	Controladora			
	2014	2015		Saldo final
	Saldo inicial	Adições (reversões)	Pagamentos	
Cíveis	695	127	(46)	776
Trabalhistas	1.670	(85)	(85)	1.500
Tributárias	251	175	-	426
	2.616	217	(131)	2.702

Natureza	Consolidado			
	2014	2015		Saldo final
	Saldo inicial	Adições (reversões)	Pagamentos	
Cíveis	1.896	(60)	(98)	1.738
Trabalhistas	51.982	11.884	(17.025)	46.841
Tributárias	7.694	675	-	8.369
Indenizações	15.921	1.674	(77)	17.518
	77.493	14.173	(17.200)	74.466

Contingências

A composição dos valores em discussão em diversas instâncias de processos, cuja expectativa de perdas é possível, em 2016 e 2015, era como segue:

	Consolidado	
	2016	2015
Contingências		
Cíveis	2.249	3.076
Trabalhistas	57.713	66.674
Tributárias	112.986	99.625
Total	172.948	169.375

20 Patrimônio líquido (Controladora)

a. Capital social

Em 2016, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 565.913 (R\$ 565.913 em 2015) está representado por 185.230.346 (740.921.384 em 2015) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal conforme demonstrado a seguir:

	Controladora			
	2016		2015	
Acionistas	Ações ordinárias	Total de ações	Ações ordinárias	Total de ações
Gold Negócios e Participações S.A.	37.449.018	37.449.018	149.796.072	149.796.072
Gianpega Negócios e Participações S.A.	78.221.307	78.221.307	312.885.228	312.885.228
Pedro Grendene Bartelle	21.891.461	21.891.461	87.565.919	87.565.919
Outros	47.668.560	47.668.560	190.674.165	190.674.165
	185.230.346	185.230.346	740.921.384	740.921.384

Em 16 de março de 2016, foi aprovado o grupamento da totalidade das 740.921.384 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 4 (quatro) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12, da Lei nº 6.404/76.

Esse grupamento das ações de emissão da Companhia tem por finalidade o enquadramento da Companhia, em atendimento ao Ofício nº 3171/2015 – SAE enviado pela BM&FBovespa à Companhia em 22/10/2015, às novas disposições do Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários e do Manual do Emissor da BM&FBovespa, em vigor a partir de 18/08/2014, que obrigam a manutenção nos mercados organizados pela BM&FBovespa de ações com valor de cotação superior a R\$1,00 (um real) por ação. Esse grupamento de ações foi considerado retroativamente nos cálculos do resultado básico e diluído por ação, para o exercício de 2015, conforme demonstrado na Nota 26.

A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente, de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.

b. Reservas

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, de suas controladas, a Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante. Em 2016, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 8.166 (R\$ 9.079 em 2015).

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. Conforme alteração e facultado pela Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter as reservas de reavaliação até sua completa realização.

c. Outros resultados abrangentes

A rubrica de outros resultados abrangentes inclui: (i) alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os investimentos sejam desconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável; e (ii) ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 2016, o saldo de outros resultados abrangentes é negativo em R\$ 5.065 (R\$ 14.478 positivo em 2015).

21 Receita líquida de vendas

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período.

	Consolidado	
	2016	2015
Receita operacional bruta		
Venda e revenda de produtos		
Mercado interno	1.180.086	1.025.066
Mercado externo	148.505	106.378
Serviços prestados	2.086	5.829
	1.330.677	1.137.273
Deduções		
Impostos sobre as vendas e serviços	(158.271)	(128.793)
Devoluções e abatimentos	(38.186)	(42.605)
	(196.457)	(171.398)
Receita líquida de vendas	1.134.220	965.875

22 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Receita de aluguel	3.469	2.367	3.336	4.696
Provisão para contingências	(19.308)	(14.173)	(411)	(506)
Venda de sucata	1.746	1.522	-	-
Ganhos (perdas) na venda de ativo fixo	2.008	(227)	-	-
Outros	(1.734)	4.321	(579)	(443)
	(13.819)	(6.190)	2.346	3.747

23 Despesas com vendas

	Consolidado	
	2016	2015
Comissões	(42.359)	(38.856)
Fretes	(42.525)	(39.409)
PDD	(8.833)	(629)
Propaganda	(59.215)	(58.720)
Royalties	(74)	(31)
Gastos com pessoal	(15.122)	(17.078)
Gastos fixos	(12.936)	(14.711)
Gastos semi-variáveis	(2.602)	(2.813)
	(183.666)	(172.247)

24 Despesas administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Gastos com pessoal	(45.148)	(44.089)	(3.643)	(1.872)
Serviços de terceiros	(9.514)	(11.001)	(1.980)	(2.375)
Aluguéis	(431)	1.469	3.030	2.310
Viagens e estadias	(1.037)	(1.423)	-	-
Segurança	(1.784)	(1.794)	(354)	(399)
Litígios e impostos	(1.504)	(1.294)	(453)	(250)
Informática e telecomunicação	(3.639)	(3.440)	-	-
Energia elétrica, água e esgoto.	(3.451)	(3.048)	(2.823)	(2.065)
Manutenção, limpeza e meio ambiente.	(2.415)	(1.847)	(141)	(118)
Depreciação	(2.951)	(3.006)	(442)	(418)
Despesas corporativas	(2.372)	(2.152)	(113)	(104)
Outros	(4.025)	(1.095)	(287)	(332)
	(78.271)	(72.720)	(7.206)	(5.623)

25 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Despesas financeiras				
Estrutura de capital				
Juros	(81.159)	(73.048)	(151)	(104)
IOF	(1.380)	(1.991)	(2)	-
Outros	(3.705)	(13.530)	(206)	(1)
	(86.244)	(88.569)	(359)	(105)
Operacionais				
Tarifas bancárias	(7.829)	(5.727)	(3)	(52)
Desconto de pontualidade	(5.106)	(6.968)	-	-
Descontos concedidos	(1.231)	(1.042)	-	-
	(14.166)	(13.737)	(3)	(52)
Variações cambiais	(30.965)	(42.241)	(52)	-
	(131.375)	(144.547)	(414)	(157)
Receitas financeiras				
Estrutura de capital				
Receita de aplicações	908	1.278	3	17
Atualizações monetárias	5.462	14.406	98	-
	6.370	15.684	101	17
Operacionais				
Juros	2.636	4.052	362	305
Descontos obtidos	424	467	3	-
	3.060	4.519	365	305
Variações cambiais	39.799	26.192	16	-
	49.229	46.395	482	322
Resultado financeiro	(82.146)	(98.152)	68	165

26 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Em 2016 e 2015, a Companhia não possui ações preferenciais emitidas e ações potenciais em circulação que possam afetar a diluição do resultado por ação nos termos do CPC 41.

O quadro a seguir apresenta os cálculos do resultado básico e diluído por ação.

	Quantidade de ações ordinárias	
	2016	2015
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas	35.689	(*) (49.918)
Média ponderada das ações em circulação durante o período	185.230.346	185.230.346
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	0,19	(0,27)
Lucro (prejuízo) das operações em continuidade atribuível aos acionistas	35.689	(60.783)
Média ponderada das ações em circulação durante o exercício	185.230.346	185.230.346
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	0,19	(0,33)

* O cálculo do resultado básico e diluído por ação referente ao exercício de 2015, considera retroativamente o grupamento de ações divulgado na Nota 20a.

27 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 2016 e 2015 estão identificados a seguir:

Descrição	Classificação	Consolidado			
		2016		2015	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	17.094	17.094	24.693	24.693
Aplicações financeiras	Títulos disponíveis para venda	1.862	1.862	853	853
Aplicações financeiras	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.459	6.459	9.560	9.560
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	397.201	397.201	394.844	394.844
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	21.206	21.206	11.007	11.007
Partes relacionadas – Ativo	Empréstimos e recebíveis	-	-	18.812	18.812
Empréstimos e financiamentos:					
Em moeda nacional	Passivo financeiro não derivativo	376.597	376.597	517.664	517.664
Em moeda estrangeira	Passivo financeiro não derivativo	162.671	162.671	157.795	157.795
Fornecedores	Passivo financeiro não derivativo	66.193	66.193	62.200	62.200
Partes relacionadas – Passivo	Empréstimos e recebíveis	255.150	255.150	237.150	237.150

Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justo (fair value)

Aplicações financeiras

Para as aplicações financeiras o valor justo contra o resultado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações. As aplicações possuem remuneração baseada em percentual do DI - CETIP e estão atualizadas na data de 31 de dezembro de 2016. A Companhia também possui aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, cujo valor justo é obtido através de preços de mercado cotados em mercados ativos.

Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. As contas a receber se assemelham ao valor justo considerando seu vencimento de curto prazo.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos é calculado na data de 31 de dezembro de 2016 pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamento. Ao comparar os modelos de operações de empréstimos e financiamentos, onde as principais operações são com o BNDES, Banco do Nordeste do Brasil - BNB e FINEP encontramos atualmente taxas de juros aplicáveis a esses instrumentos idênticas aos contratos que estão firmados, considerando o objetivo do financiamento, prazos e garantias que são oferecidas.

Desta forma, a Administração considera que não há diferenças significativas entre o saldo contábil e o valor justo desses empréstimos e financiamentos.

Fornecedores

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os saldos de fornecedores se assemelham ao valor justo considerando seu vencimento de curto prazo.

Limitações

O valor justo dos instrumentos foi estimado na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

b. Níveis de valor justo

Descrição	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalente de caixa	17.094	-	-
Aplicações financeiras	8.321	-	-
Contas a receber	-	372.592	-
Outras contas a receber	-	21.206	-
Empréstimos e financiamentos:			
Moeda nacional	-	376.597	-
Moeda estrangeiro	-	162.671	-
Partes relacionadas	-	255.150	-

- (a) **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- (c) **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), dos vencimentos dos títulos e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco) (Nota 8).

A Companhia e suas controladas possuem ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 24.164 em 2016 (R\$ 15.349 em 2015) representativos de 6,1 % do saldo de contas a receber em aberto (3,9 % em 2015), para fazer face ao risco de crédito (Nota 8a).

A Companhia opera no mercado financeiro através de instituições de crédito de primeira linha, Bancos Estatais ou Agencias Governamentais de Fomento, fazendo com que o risco de crédito com as instituições financeiras seja muito baixo.

d. Risco de taxa de câmbio

i. Risco de preço

Considerando o risco de preço nas exportações que são equivalentes a 7,12 % da receita de suas controladas em 2016 (4,95% em 2015), a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá comprometer os resultados planejados pela Administração. A Companhia não tem a prática de utilizar nenhum instrumento financeiro específico para mitigar os riscos de preço. Entretanto, a Companhia tenta fazer uma política de hedge natural com ativos vinculados com risco de variação cambial.

ii. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente, do dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2016, com a variação negativa de 16,54% em relação à última cotação de 2015.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tenta manter hedge natural com a manutenção de ativos vinculados, suscetíveis também, à variação cambial. A Administração não contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

Moeda dólar (US\$ mil)	Consolidado	
	2016	2015
Ativos em moeda estrangeira (a)	18.651	41.666
Passivos em moeda estrangeira (b)	(52.394)	(50.731)
Déficit apurado (a-b)	(33.743)	(9.065)

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles:

(i) cenário provável e que é adotado pela Companhia e suas controladas: cotação do dólar em R\$ 3,2591 em 2016;

(ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando um aumento e redução de 25% na cotação do dólar, passando para R\$ 4,0739 e R\$ 2,4443, respectivamente; e

(iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar utilizada no cenário provável é elevada e reduzida em 50%, passando a R\$ 4,8887 e 1,6296, respectivamente:

Quadro demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Câmbio - efeito resultado em 2016:

Abaixo demonstramos a variação do *déficit* no valor US\$ 33.743 conforme os cenários demonstrados acima:

Variação positiva				
Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Receita financeira	US\$ 33.743 mil Alta do US\$	Câmbio de 3,2591 -	Câmbio de 4,0739 27.494	Câmbio de 4,8887 54.988
Variação negativa				
Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário Remoto
Despesa financeira	US\$ 33.743 mil Queda do US\$	Câmbio de 3,2591 -	Câmbio de 2,4443 (27.494)	Câmbio de 1,6296 (54.988)

e. Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa DI-Cetip sobre as aplicações financeiras e financiamentos atrelados a essa taxa, e da TJPL sobre parte de seus empréstimos e financiamentos que estão atrelados a essa taxa.

	<u>Consolidado</u> <u>2016</u>
Ativos em CDI	14.984
Passivos em CDI	256.869
Passivos em TJPL	60.205

Para fins de atendimento à Deliberação no. 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo dois cenários de variação das Taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável que é o adotado pela Companhia e suas controladas, com DI-Cetip a taxa de 13,63 % a.a. e TJLP a taxa de 7,50 % a.a.; (ii) cenário possível, considerando um aumento e redução de 20% sobre as taxas, passando respectivamente, o DI-Cetip para 16,36% a.a. e 11,36 % a.a. e a TJPL para 9,00 % a.a. e 6,25 % a.a.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para a data base 31 de dezembro de 2016, conforme cenário demonstrado acima:

Variação positiva

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível
Empréstimos em TJLP	60.205 Alteração na Taxa	TJLP a 7,50% 0.00	TJLP a 6,25% (753)
Empréstimos em DI	256.869 Alteração na Taxa	DI a 13,63% 0.00	DI a 11,36% (5.831)
Aplicações em DI	14.984 Alteração na Taxa	DI a 13,63% 0.00	DI a 16,36% 409

Variação negativa

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível
Empréstimos em TJLP	60.205 Alteração na Taxa	TJLP a 7,50% 0.00	TJLP a 9,00% 903
Empréstimos em DI	256.869 Alteração na Taxa	DI a 13,63% 0.00	DI a 16,36% 7.013
Aplicações em DI	14.984 Alteração na Taxa	DI a 13,63% 0.00	DI a 11,78% (340)

f. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, financiamentos e recursos dos acionistas. 51% da dívida da Companhia tem seu vencimento em menos de um ano em 2016 (Em 2015: 87%), com base no valor registrado dos empréstimos e financiamentos refletidos nas demonstrações financeiras.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na Nota 18.

g. Controles relacionados aos riscos

A Companhia visa controlar os riscos mediante a avaliação dos diversos riscos, considerando riscos de crédito das contrapartes, monitoramento do nível dos ativos frente aos passivos financeiros. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante os períodos divulgados.

h. Gestão do capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 2016, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	Consolidado	
	2016	2015
Financiamentos, empréstimos e financiamentos incentivados	539.268	675.459
Caixa e equivalentes de caixa	(17.094)	(24.693)
Aplicações financeiras	(8.321)	(10.413)
Dívida líquida	513.853	640.353
Patrimônio líquido	51.863	35.754

28 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas não fazem parte de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas em 2016 são resumidos a seguir:

Objeto	Risco coberto	Valor de cobertura
Patrimonial	Incêndio, Vendaval, Danos Elétricos, Quebra de Máquinas, Roubo, Alagamento, Equipamentos Eletrônicos.	110.000
Lucros cessantes	Despesas fixas (P.I. 3 meses)	60.000
D&O	Responsabilidade civil de executivos	20.000
RC Geral	Responsabilidade civil geral	2.000
Veículos leves	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	28.560
Veículos pesados	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	9.338
Transporte internacional – Exportação	Limite por embarque – Mercadorias	5.338
Transporte nacional	Limite por embarque – Mercadorias	1.000
		236.236

29 Subvenções e assistência governamental

Incentivos federais

REDUÇÃO IRPJ – Consiste no direito da redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculados com base no lucro da exploração com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, em conformidade com os critérios estabelecidos e ainda em conformidade com o regulamento dos incentivos fiscais. São considerados em condições onerosas atendidas, os empreendimentos em total modernização atualmente nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. São beneficiários do incentivo de redução de 75% do imposto de renda os empreendimentos instalados nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe.

Incentivos estaduais

PROVIN – É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no deferimento de 99% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de calçados. Sob o valor de cada parcela do benefício, 1% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP.
Para nossas confecções,

PROVIN – É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no deferimento de 75% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de confecções. Sob o valor de cada parcela do benefício, 25% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP.

Incentivos adicionais:

Tem como adicional ao PROVIN calçados e confecção o deferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças que não tenham similar no Estado do Ceará, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

PROBAHIA- BA

PROBAHIA – Consiste no programa de desenvolvimento da Bahia, com o intuito de diversificar e estimular a transformação dos processos industriais do estado. Tem como benefício o deferimento do ICMS sobre o total dos débitos apurados pela saída de mercadorias, onde se calcula um crédito presumido de 99% sobre o valor devido. Seu pagamento consiste em 1% do saldo devedor que deverá ser pago no mês subsequente ao da apuração do ICMS.

Incentivos adicionais:

Tem como adicional ao PROBAHIA o deferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

PSDI - SE

PSDI – É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial de Sergipe (FDI), no qual consiste no deferimento de 75% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria e com carência de 15 anos para pagamento dos 25% restante.

Incentivos adicionais:

Tem como adicional ao PSDI o deferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

Demonstrativo das Subvenções Governamentais

Controlada	Incentivo estadual	%	Prazo de vencimento
CE	Provin Calçados	100%	Ago/2021
CE	Provin Confecções	100%	Jun/2022
BA	Probahia	99%	Dez/2027
SE	PSDI	75%	Jun/2029

Demonstrativo das Subvenções Governamentais			
Controlada	Incentivo Federal	%	Prazo de Vencimento
CE	Redução IRPJ	75%	Dez/2025
BA	Redução IRPJ	75%	Dez/2017
SE	Redução IRPJ	75%	Dez/2017

a. Consolidado

O montante dos incentivos fiscais estaduais, referentes ao ICMS foi registrado na conta de Deduções - Impostos sobre vendas, reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial.

Considerando que tais incentivos foram contabilizados diretamente no resultado das controladas, por consequência, foram reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial, cujos efeitos são demonstrados a seguir:

Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas	Montante do incentivo no consolidado	% Participação	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
			2016	2015
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	70.103	99,99	70.096	54.355
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	-	100,00	-	1.046
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	35.148	100,00	35.148	31.226
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	3.248	100,00	3.248	3.153
	108.499		108.492	89.780

30 Informações por produtos e área geográfica

As informações de vendas líquidas no mercado externo e interno, por região geográfica, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior, e podem ser assim apresentadas:

	2016	2015
Receita líquida de vendas		
Calçados esportivos	832.523	702.982
Calçados femininos	217.012	185.280
Outros calçados e outros	69.708	55.856
Confecções	14.977	21.757
	1.134.220	965.875
Mercado interno	988.565	860.910
Mercado externo	145.655	104.965
	1.134.220	965.875

Os ativos não circulantes de cada região geográfica estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Ativos não circulantes mercados externo e interno a partir de:		
Brasil	448.033	437.186
Outros países	13.630	41.384
Total	461.663	478.570

Composição do Conselho de Administração

Pedro Grendene Bartelle - Presidente
André de Camargo Bartelle –1º Vice Presidente
Pedro Bartelle – 2º Vice Presidente
Hector Nunez - Conselheiro
Roberto Faldini - Conselheiro Independente

Composição da Diretoria

Pedro Bartelle – Presidente
Edivaldo Rogério de Brito – Diretor Administrativo e de Finanças
Flávio de Carvalho Bento - Diretor Industrial
Marco Antonio Sá Martins - Diretor de Operações - Argentina
Rafael Carqueijo Gouveia - Diretor Comercial e Marketing
Luiz Vanderlei Heidrich - Diretor de Divisão Feminino

Diretor de Relações com Investidores

Edivaldo Rogério de Brito

Responsável técnico

Manoel Damiano da Silveira Neto
Contador CRC 1RJ052266/O-2 "S"-SP